



Senadores aprovam ficha limpa para nomeação de comissionados

Waldemir Barreto/Agência Senado



Proposta, que teve Pedro Taques (de pé) como um dos autores, foi acatada pelo Plenário e agora vai a promulgação

Projeto de Randolfe Rodrigues, Pedro Taques e Pedro Simon estabelece que os critérios da lei que vale para candidatos a cargos eletivos sejam observados também nas nomeações de servidores da Casa

Para o senador Randolfe Rodrigues, a decisão de ontem do Plenário coloca o Senado na vanguarda em relação aos demais Poderes da República. O presidente da Casa, Renan Calheiros, elogiou a iniciativa, que agora será promulgada.

Em julho, o Senado já havia aprovado a exigência de ficha limpa para o ingresso no serviço público, em todos os Poderes, seja em emprego, cargo efetivo ou cargo comissionado. Nesse caso, a proposta ainda depende de aprovação da Câmara. **5**

Crédito extra de R\$ 2,9 bilhões para financiar ensino superior 6

Plenário destina US\$ 650 milhões para empréstimos a estados 3

Presidente do Senado quer acordo sobre orçamento 2

Jonas Pereira/Agência Senado



Renan Calheiros recebe visita de Lula

Ex-presidente esteve no Senado para participar de reunião do PT no Auditório Petrônio Portella e encontrou-se com Renan acompanhado do governador Agnelo Queiroz e de vários senadores do PT e do PMDB. **2**

Renan Calheiros e Luiz Inácio Lula da Silva durante visita de cortesia do ex-presidente ao Senado

Dilma decidirá logo sobre compra de caças, diz FAB

Segundo o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, a presidente Dilma Rousseff anunciará “em

curto prazo” qual será o país fornecedor dos 36 novos aviões de guerra do Brasil. **8**

Marcos Oliveira/Agência Senado



O comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, fala em audiência no Senado

Isenção em free shops poderá ser de US\$ 1.200 por passageiro 3

Chega ao Senado projeto de iniciativa popular para saúde 7

Malha fina obrigatória para políticos é rejeitada 3

Ministro nega que protestos atrapalhem turismo na Copa

Manifestações populares não vão afetar o turismo no Brasil durante a Copa do Mundo de 2014, disse

Aldo Rebelo em audiência. Ele garantiu que todos os estádios ficarão prontos até o fim do ano. **4**



Ministro do Esporte anuncia que 50 mil ingressos serão dados a carentes

Gerardo Magela/Agência Senado

Renan defende acordo para orçamento impositivo

Segundo o presidente do Senado, diálogo entre Congresso e governo federal evitará que, após aprovada, PEC sofra questionamentos na Justiça. Proposta está na pauta de votações da Câmara

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, defende um acordo entre o Congresso e o Executivo para a adoção do orçamento impositivo. Ele afirmou ontem que o diálogo pode evitar questionamentos legais à proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna obrigatória a execução de emendas parlamentares individuais ao Orçamento.

A PEC do Orçamento Impositivo (PEC 565/2006) está na Câmara. O texto foi aprovado

ontem e agora precisa ser votado em segundo turno na Casa.

— O ideal é que haja um acordo entre o Legislativo e o Executivo em relação ao orçamento impositivo. Seria melhor colocar um pouco mais de planejamento. Se houver acordo, você supera inclusive a possibilidade de judicialização. É por isso que trabalho no sentido de que haja um acordo. Acho até que estamos perto dele — disse.

Segundo a Agência Câmara,

estava prevista para ontem uma reunião entre os líderes da base na Câmara e a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para tratar da PEC do Orçamento Impositivo. O governo tem oito ressalvas ao texto aprovado na semana passada pela comissão especial que analisou a proposta.

— Vamos dar à sua tramitação aqui na Casa [no Senado] o tratamento regimental. Vamos priorizar na medida do possível — disse Renan.

Presidente do Senado recebe visita de Lula



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na tarde de ontem visita de cortesia do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Lula participava de reunião do Partido dos Trabalhadores (PT) no Auditório Petrólio Portella, no Senado. Na rápida visita a Renan, Lula foi

acompanhado pelos senadores do PT Wellington Dias (PI), Eduardo Suplicy (SP), Humberto Costa (PE), Jorge Viana (AC) e Lindbergh Farias (RJ); por Jader Barbalho (PA) e Romero Jucá (RR), do PMDB; e pelo ex-senador Wilson Santiago. Também participaram do encontro o governador do Distrito Federal,

Agnelo Queiroz, e os ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e da Educação, Aloizio Mercadante. Depois da visita, Lula foi cercado por jornalistas e respondeu a perguntas sobre as eleições presidenciais de 2014. Ele elogiou o desempenho da presidente Dilma nas recentes pesquisas eleitorais.

Fiesp pede rejeição de veto sobre FGTS

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, defendeu ontem, em encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros, a rejeição pelo Congresso do veto integral da presidente Dilma Rousseff ao projeto que extinguiu a multa adicional de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa.

Skaf afirmou que a finalidade original da contribuição extra já foi cumprida, pois a multa foi criada em 2001 para compensar os prejuízos na conta do FGTS gerados por perdas causadas por planos econômicos.

— Esses 10% oneram todas as empresas brasileiras, o trabalhador não recebe e aumenta apenas a arrecadação para o governo — disse.

Segundo o governo, o fim da multa, previsto no Projeto de

Lei Complementar 198/2007, causaria perda de R\$ 3 bilhões por ano no FGTS.

O governo argumenta que os recursos são necessários para outras finalidades, como a construção de casas próprias do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Sessão

O veto (VET 27/2013) será examinado pelos parlamentares na próxima terça-feira, às 19h, conforme as novas regras definidas (Resolução 1/2013). A sessão foi convocada pelo presidente do Senado.

Segundo o senador Romero Jucá (PMDB-RR), o Executivo e parlamentares da base de apoio ao governo no Congresso já trabalham com a possibilidade de derrubada do veto e buscam alternativas que garantam recursos para os programas governamentais.

— A alternativa pode ser o envio de uma nova medida do governo acabando com essa cobrança e criando um novo tipo de mecanismo que aloque recursos para construção popular. Isso está sendo discutido com o governo e acredito que podemos chegar a um bom entendimento — afirmou Jucá.



Skaf: "Finalidade da contribuição extra ao FGTS já foi cumprida"

Encontro do LexML lança novas ferramentas de busca

Começou ontem o 3º Encontro Nacional do LexML. Foram anunciadas novas ferramentas para pesquisa no Portal LexML, especializado em informação jurídica e legislativa e que está completando cinco anos, com mais de 4 milhões de documentos publicados. A iniciativa teve apoio da Diretoria-Geral do Senado e foi promovida pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela Secretaria de Gestão da Informação e Documentação.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, ressaltou a parceria com a Câmara.

— Nossas equipes mostraram que a soma de 1 + 1 pode ser muito mais do que 2. Pode ser a multiplicação de talentos.

A secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, classificou a iniciativa como "uma revolução silenciosa" com a modernização do processo legislativo eletrônico.

— É uma tarefa laboriosa, mas empolgante, que tem gerado resultados expressivos — afirmou Claudia Lyra.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Aprovação de autoridades

14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto que disciplina a votação da escolha de autoridades pelas comissões.

PRESIDÊNCIA Constituição em e-book

11h Renan Calheiros participa do lançamento da Constituição em formato ePub; às 12h, recebe líderes do setor sucroenergético; às 12h30, representante da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas; às 13h, presidente do Sindicato dos Cegonheiros; às 15h, reunião de líderes. Preside, às 16h, a ordem do dia e, às 18h, participa de posse da Procuradoria da Mulher para 2013–2015 e da cerimônia do 7º aniversário da Lei Maria da Penha.

CI/CMA Usinas a fio d'água

7h30 As Comissões de Infraestrutura e de Meio Ambiente debatem a opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d'água para expandir a geração hidrelétrica no país. Entre os convidados, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. Após reunião, a CI discute emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014.

CAS Merenda escolar saudável

9h Projeto de lei que visa incentivar a alimentação saudável nas escolas de educação básica está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais. Às 10h30, discussão de emendas ao projeto da LDO 2014.

CDR Emendas à LDO

9h Os senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo discutem as emendas apresentadas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

CCJ Perda de mandato parlamentar

10h Proposta em análise na Comissão de Constituição torna automática a perda do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou por crime contra a administração pública. Após a reunião, votação de emendas ao projeto da LDO para 2014.

CE Escolha de dirigentes escolares

10h O processo de escolha de diretores de escola como instrumento de valorização do mérito é tema de audiência pública. Entre os convidados, o secretário de Educação de São Paulo, Herman Voorwald.

CMA Lei Orçamentária

14h Reunião da Comissão de Meio Ambiente para análise de emendas ao projeto da LDO para 2014.

CRA Propostas ao Orçamento 2014

14h30 A Comissão de Agricultura também se reúne para analisar emendas ao projeto da LDO 2014.

CÓDIGO PENAL Relatório

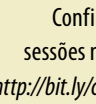
15h Reunião da Comissão de Reforma do Código Penal para divulgar a prévia do relatório sobre emendas apresentadas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, audiência pública da **Comissão de Infraestrutura** e, na sequência, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Proposta teve a constitucionalidade questionada. Senadores contrários também apontaram necessidade de expandir medida a outros ocupantes de cargos públicos, como juízes e promotores

Rafael Cavallaro/Agência Senado



Autor do projeto rejeitado, Cristovam Buarque (E) defende vantagens da fiscalização dos detentores de mandatos

Rejeitado projeto de malha fina automática para políticos

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem o PLS 99/2009. Pelo projeto, as declarações de Imposto de Renda de quem tem mandato eletivo seriam incluídas automaticamente na malha fina da Receita Federal. O autor da proposta, rejeitada por 12 votos a 3, é Cristovam Buarque (PDT-DF). O texto teve relatório favorável de Eduardo Suplicy (PT-SP).

Pedro Taques (PDT-MT), um dos poucos senadores que apoiaram Cristovam, disse que “aqueles que entram na vida pública precisam reconhecer que sua intimidade está relativizada”, já que os políticos têm de prestar contas à sociedade.

Francisco Dornelles (PP-RJ),

que foi o relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), apresentou parecer naquela comissão alegando que o projeto contraria o artigo 150 da Constituição, que proíbe o “tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, [estando] proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida”.

— Eu entendo que o parlamentar não deva ter nenhum privilégio em relação aos outros cidadãos, mas também não pode ter qualquer ônus que o diferencie de forma discriminatória — frisou Dornelles.

Roberto Requião (PMDB-PR) votou contra o projeto,

mas ressaltou que defende o fim dos sigilos não apenas dos parlamentares, mas de todos os ordenadores de despesa que fazem parte da estrutura do Estado. Para ele, “todos têm de ser fiscalizados”, inclusive ministros do Supremo Tribunal Federal, juízes e integrantes do Ministério Público.

— O projeto, não sendo universal, estabelece a presunção de inidoneidade dos parlamentares. Isso contribui para a criminalização da política e é inaceitável — protestou.

Ao responder às críticas, Cristovam afirmou que “só há vantagens, quando se pensa na opinião pública, em aprovar algo que pede que nossas vidas sejam fiscalizadas”.

Capiberibe elogia governo do Amapá por recuperar credibilidade do estado

O senador João Capiberibe (PSB-AP) elogiou ontem o atual governo do Amapá, que, segundo ele, recuperou a credibilidade do estado junto às instituições federais e aumentou os investimentos estaduais.

— Fui governador do meu estado numa época em que pouco se ouvia falar da União federal. Não havia investimentos públicos naquele momento. E hoje, com o governo credibilizado, com uma parceria com o governo federal, nós temos grandes obras em andamento — comemorou.

Capiberibe lembrou que o Amapá é um estado com quase nenhuma infraestrutura, com poucas estradas, sem energia e sem saneamento básico e que, portanto, precisa de investimentos. O senador destacou que, entre outras áreas, o governo atual está investindo no setor habitacional, na produção de energia, no saneamento básico e na construção de unidades hospitalares.

— Este governo, o governo do governador Camilo [Capiberibe], além de recuperar, está investindo e acompanhando os investimentos, porque neste país, não basta você investir bem, você tem que fiscalizar, você tem que estar presente para poder ver o retorno desses investimentos — ressaltou.

Bauer cobra derrubada de veto a proposta que extingue multa adicional do FGTS

Em pronunciamento ontem, o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) defendeu a derrubada do veto presidencial ao projeto de lei que extingue a multa adicional de 10% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O senador destacou que a derrubada também foi defendida por lideranças empresariais de Santa Catarina em visita à Casa ontem.

Bauer disse que a multa de 40% que o empregador é obrigado a pagar nas demissões sem justa causa “é um direito adquirido, preservado, e que não está em discussão”. O senador, no entanto, criticou a cobrança da multa adicional de 10%, instituída em 2001 para fazer frente a decisões judiciais que determinaram a compensação de perdas impostas aos trabalhadores pelos Planos Verão e Collor.

Paulo Bauer disse que o empresariado “pagou uma conta que não era dele” e ressaltou que o objetivo de criação da multa foi alcançado em julho de 2012.

— Como a conta foi paga, esses R\$ 3 bilhões anuais pagos pelas empresas estão entrando diretamente no caixa do governo federal — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Flexa Ribeiro pede apoio a empréstimo do BID para educação no Pará

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou ontem o parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao empréstimo de US\$ 200,8 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento da educação básica no Pará. O parlamentar disse esperar a aprovação da matéria (Mensagem 70/2013), que tramita em regime de urgência no Plenário.

Para Flexa, o Programa da Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica — de US\$ 351 milhões financiados pelo BID e pelo Tesouro do Pará — vai revolucionar a educação no estado. O objetivo do programa, relatou, é elevar em 30% o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) paraense em todos os níveis.

— A medida é válida e urgente, pois, no Pará, o Ideb tem ficado abaixo da média nacional — comentou.

Segundo o senador, o programa deverá aumentar o tempo de permanência do aluno na escola e construir novas unidades de ensino, além de aprimorar a gestão do sistema escolar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro Dias quer explicações sobre verbas federais para jornais do ABC paulista

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou ontem explicações do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre denúncia do jornal *Folha de S. Paulo*, veiculada em novembro do ano passado, acusando a Presidência da República de destinar verbas publicitárias a jornais inexistentes em cidades do ABC paulista.

Segundo o senador, a ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Helena Chagas, mesmo tendo se comprometido a esclarecer a questão à época da divulgação das denúncias, em ofício encaminhado ao Senado, até o momento nada fez.

— Creio que tivemos o tempo suficiente para que a Polícia Federal pudesse apurar os indícios de fraude, que foram reconhecidos pelo governo através da ministra Helena Chagas — reclamou o parlamentar.

Alvaro criticou a falta de transparência nos gastos com publicidade do governo, lembrando que nos últimos anos apresentou vários requerimentos solicitando esclarecimentos sobre a questão.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Plenário aprova US\$ 650 milhões em empréstimos para estados

O Plenário do Senado aprovou ontem três projetos de resolução do Senado (PRSs) que dispõem sobre empréstimos para os estados de São Paulo, Pará e Sergipe, no total de US\$ 650,8 milhões.

O PRS 60/2013 prevê operação no valor de US\$ 300 milhões entre o estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e consiste na operação de maior valor.

Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente.

A previsão é de que os desembolsos ocorrerão ao longo do quadriênio 2013–2016.

O PRS 61/2013 beneficia o Programa da Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Pará com US\$ 200,8 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O terceiro empréstimo aprovado (PRS 62/2013) destina-se a Sergipe, para financiamento parcial do projeto de políticas de desenvolvimento do estado, com US\$ 150 milhões do Bird.

Limite para isenção em lojas francas pode subir

O limite para vendas isentas de tributos em lojas francas (free shop) poderá ser ampliado de US\$ 500 para US\$ 1.200 por passageiro, conforme projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa (vai à Câmara caso não haja recurso para votação em Plenário).

O autor, Cyro Miranda (PSDB-GO), destaca que a medida (PLS 355/2012) diminui a carga tributária brasileira e incentiva o turismo.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), relator na Comis-

são de Relações Exteriores (CRE) — onde a matéria já foi aprovada —, elogiou a proposta pelo fomento à atividade turística.

Para o relator na CAE, Armando Monteiro (PTB-PE), por representarem operações equivalentes à exportação, as vendas feitas na área de embarque, no momento da saída do país, não deveriam ser submetidas a limite, hoje inexistente. Por isso, ele apresentou emenda suprimindo esse limite. O texto aprovado refere-se a vendas para passageiros chegando do exterior.

Em audiência na Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, Rebelo descarta queda na atração de turistas e cita potencial de 3,6 milhões de novos empregos



O Estádio Mané Garrincha, em Brasília, foi apontado como elefante branco, mas se revelou um elefante de ouro, afirmou na audiência o ministro Aldo Rebelo

Protestos não vão prejudicar turismo na Copa, afirma ministro do Esporte

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem no Senado, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, afirmou que as manifestações populares não devem afetar o turismo no país durante a Copa do Mundo de 2014. A audiência da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 foi presidida por Sérgio Souza (PMDB-PR).

Para comparar, o ministro citou a Copa das Confederações, considerada bem-sucedida apesar das manifestações, e relatou experiência de outros países com conflitos.

— Nós tivemos eventos muito mais graves na Europa, alcançando cidades que são destinos turísticos consagrados, como Londres, Paris, Milão, que foram cidades que receberam atentados com vítimas fatais. Mesmo assim, essas cidades não sofreram a perda de destino turístico — disse.

Os protestos, iniciados em junho, tiveram como um dos motivos os gastos do governo com a Copa das Confederações e com a Copa do Mundo em vez de áreas como saúde, educação e transporte. Rebelo enfatizou, porém, que não há gastos diretos do Orçamento

com estádios, mas recursos indiretos, como renúncia fiscal e empréstimos do BNDES.

O ministro disse ainda que obras consideradas “elefantes brancos”, como os estádios de Brasília e de Natal, hoje podem ser classificadas como elefantes de ouro, pelas boas perspectivas de lucro.

— Aqui mesmo em Brasília, um dos jornais da cidade já indica que o elefante branco, na verdade, é um elefante de ouro, porque permite à cidade não só a realização de jogos de futebol, mas também de outros grandes eventos, espetáculos que não seriam

possíveis em Brasília sem o estádio — afirmou.

O ministro disse que o espaço da arena do Rio Grande do Norte que será aberto para o comércio já está sendo negociado pelo melhor preço.

— A imprensa, ou uma parte da imprensa desinformada do Sul e do Sudeste, que conhece mais Miami do que o Nordeste do Brasil, chama de elefante branco a arena sem nunca ter ido ao estado — criticou.

Os gastos públicos feitos pelo Brasil até agora, de acordo com o ministro, são em infraestrutura de mobilidade urbana, que deveriam ser realizados com ou sem Copa do Mundo. O fato de o Brasil sediar o evento, ressaltou ele, na verdade está antecipando os investimentos.

A Copa, afirmou Rebelo, tem o potencial de gerar 3,6 milhões de empregos no país, seja em obras de infraestrutura que antecedem a competição ou em atividades de turismo durante o evento.

— É mais do que um Uruguai de empregos — disse.

Todos os estádios ficarão prontos até dezembro

De acordo com o ministro, dos 12 estádios prometidos para Copa do Mundo de 2014, apenas 6 foram concluídos. Os outros seis devem ser entregues até dezembro. O mais avançado é o do Corinthians, em São Paulo. Os demais estariam com o prazo mais apertado, mas com segurança de entrega em dezembro.

— Temos um cálculo muito seguro de previsão da entrega — afirmou.

Questionado por Sérgio Souza sobre o projeto de mobilidade urbana de Manaus, que teria fracassado, o ministro disse que a cidade enfrentou problemas de recursos e licenciamento. Rebelo garantiu que o governo está dando todo o apoio para que a cidade faça o evento.

Souza também quis saber sobre a modificação no mandato dos presidentes de federações esportivas. Para Rebelo, seriam bem-vindas regras que estabelecessem limites para o tempo e o número de mandatos.

— As regras darão a essas entidades uma sintonia com o espírito geral do país.

População de baixa renda receberá 50 mil ingressos

Em resposta a Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre como possibilitar que as pessoas com menos condições financeiras possam ir aos estádios na Copa do Mundo, o ministro informou ter apresentado essa questão à Fifa, que cedeu 50 mil ingressos para serem distribuídos gratuitamente à população de baixa renda, principalmente aos índios.

— Se o futebol perder esse vínculo, esse laço, essa identidade, perde muito do seu encanto — afirmou.



Aldo Rebelo, observado por Sérgio Souza e Blairo Maggi, explica que os gastos públicos seriam feitos mesmo sem a Copa

Obras em andamento terão intensificação dos trabalhos

Além de Sérgio Souza, Blairo Maggi (PR-MT) manifestou preocupação com atrasos em obras de mobilidade urbana e de construção de estádios nas cidades que sediarão os jogos da Copa do Mundo. Ele destacou melhorias que ficarão para a população de Cuiabá, mas alertou para o risco de o estádio na capital de Mato Grosso não ficar pronto até dezembro, data-limite estabelecida pela Fifa.

Rebelo respondeu que as obras dos estádios da Copa do Mundo ainda em construção estão sendo acompanhadas e observou que a maioria deve requerer a intensificação do trabalho para ser concluída dentro do prazo.

Em resposta a Eduardo Suplicy, o ministro informou que a decretação de feriados nos dias dos jogos da Copa será uma opção de cada cidade-sede.

Ministério do Esporte fará fiscalização antidoping

Deverá ser criado nos próximos dias, na estrutura do Ministério do Esporte, um departamento para controle antidoping, que será responsável por fiscalizar o cumprimento da proibição de uso, por atletas, de substâncias que visam melhorar o desempenho esportivo. A informação foi prestada por Aldo Rebelo na audiência. Ele informou que os cargos para a criação do departamento ainda precisam ser efetivados por meio de decreto. Segundo o ministro, o órgão deverá utilizar, para realização de exames, o laboratório da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a ser credenciado junto a entidade mundial antidoping.

No início do mês, a imprensa noticiou que a Fifa estaria considerando a possibilidade de usar um laboratório fora do Brasil para fazer os exames antidoping da Copa do Mundo de 2014.

Mais tempo para analisar isenção de ISS para Fifa

Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Ana Amélia (PP-RS) concedeu vista coletiva do PLC 107/2012, que permite isenção do Imposto sobre Serviços (ISS) a fatos relacionados à Copa do Mundo de 2014. O pedido foi apresentado por Paulo Paim (PT-RS), e outros senadores concordaram com a necessidade de mais tempo para análise do projeto.

O relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), opinou pela rejeição da proposta da Presidência da República. Na opinião do senador, trata-se de dar um “presentinho à poderosa Fifa”.

— Se o governo quer fazer cortesia, que faça com recursos próprios, não tirando dos municípios — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Projeto aprovado ontem determina que os critérios da lei serão aplicados também para nomeações na Casa. Para concursados, as regras aguardam aprovação de PEC

Ficha Limpa valerá para cargos no Senado

A NOMEAÇÃO PARA cargos comissionados nos gabinetes do Senado deverá atender critérios da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010). É o que determina projeto de resolução aprovado ontem em Plenário.

A proposta (PRS 5/2012) já havia sido aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na semana passada. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que o projeto completa um ciclo de “modernidade e transparência”.

— É uma matéria da maior importância. Quero registrar minha satisfação em dar parecer favorável — disse Jucá.

Lembrando que a ficha



Plenário aprova projeto que veda a nomeação para cargos comissionados de pessoas condenadas por diversos tipos de crimes

limpa já vale para políticos, o senador acrescentou que deve passar a valer, em breve, também para servidores públicos concursados. No início de julho, dentro da agenda

prioritária proposta pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, o Senado aprovou a exigência de ficha limpa para o ingresso no serviço público, seja em emprego, cargo

efetivo ou cargo comissionado. A proposta (PEC 6/2012), porém, ainda depende de aprovação na Câmara dos Deputados.

Randolfe Rodrigues (PSOL-

AP), autor do projeto de resolução em conjunto com Pedro Simon (PMDB-RS) e Pedro Taques (PDT-MT), disse que a aprovação da matéria coloca o Senado na vanguarda em relação aos outros Poderes da República.

— Com esse projeto, o Senado define que para a contratação de assessores é preciso agora ter a ficha limpa — comemorou o senador, cobrando ainda a aprovação da PEC 6/2012 pelos deputados.

Renan elogiou a iniciativa dos autores do projeto e destacou o “protagonismo” do Senado em implantar a ficha limpa para cargos comissionados. A matéria agora segue para a promulgação.

Simon aponta “simbiose” entre mobilizações e visita do papa

Pedro Simon (PMDB-RS) apontou as manifestações populares nas ruas e a visita do papa Francisco ao Brasil como marcos importantes na história recente do país. Em pronunciamento ontem ele afirmou que houve uma “simbiose entre o desejo de um povo e a pregação



Waldemir Barreto/Agência Senado

de um papa”.

— Foi eleito um papa com uma homilia mais próxima do povo, longe do silêncio das sacristias, tal e qual a proximidade que esse mesmo povo agora exige dos gabinetes que também pareciam, até aqui, ditar dogmas e construir sacrilégios — disse.

Couto diz que governo Dilma foi o que mais gastou em propaganda

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou ontem, em discurso, que o governo Dilma foi o que mais gastou em propaganda no Brasil, com despesas anuais de R\$ 1,78 bilhão. O acumulado nos dez anos e meio de governo do PT, disse, soma R\$ 16 bilhões. — Dá pra fazer mais de 20 hospitais,



Waldemir Barreto/Agência Senado

enquanto ela teima em dizer que os médicos brasileiros não têm capacidade para trabalhar neste país — disse, criticando o Programa Mais Médicos.

O senador afirmou que o governo pretende agora fazer um programa semelhante para contratar engenheiros civis.

Senadores saem em defesa de Randolfe e Capiberibe

No Plenário, parlamentares defenderam o arquivamento de denúncia contra os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP). A denúncia, encaminhada pelo ex-presidente da Assembleia Legislativa do Amapá Fran Júnior, já foi arquivada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Randolfe criticou a postura do presidente do Conselho de Ética do Senado, João Alberto Souza (PMDB-MA), que ainda não se manifestou sobre o episódio. Apesar da existência da acusação, nenhum processo foi aberto no órgão sobre o episódio, que remonta a 14 anos, explicou o senador. Capiberibe, por sua vez, disse que a denúncia é “ingênua e hilária”.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) elogiou Randolfe e Capiberibe e disse que o caso precisa ser analisado de forma definitiva pelo Conselho de Ética. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que não se pode admitir que o conselho seja utilizado como instrumento de pressão sobre senadores.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) atribuiu as denúncias ao ex-presidente do Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Randolfe Rodrigues critica Conselho de Ética por não se manifestar

José Sarney (PMDB-AP). Armando Monteiro (PTB-PE) questionou como o processo contra Randolfe e Capiberibe ainda pode estar pendente de arquivamento no Conselho de Ética se o próprio procurador-geral da República entendeu que não havia nenhuma razão e arquivou a denúncia.

José Agripino (DEM-RN) observou que a PGR já esclareceu o assunto e devolveu a denúncia ao Amapá, “com o veredicto de que ali não cabia denúncia”.

Para Lídice da Mata (PSB-BA), o Conselho de Ética resolveu não arquivar um processo e simplesmente permanece calado sobre o assunto, “como se, dessa maneira, pudesse exercer algum tipo de pressão ou de ameaça velada”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

João Capiberibe afirma que denúncia é “ingênua e hilária”

Pedro Taques (PDT-MT), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ana Amélia (PP-RS) também criticaram o Conselho de Ética.

Outros senadores que manifestaram apoio a Randolfe foram Wellington Dias (PT-PI), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Waldemir Moka (PMDB-MS), Paulo Davim (PV-RN), Alfredo Nascimento (PR-AM), Mário Couto (PSDB-PA), Benedito de Lira (PP-AL), Cristovam Buarque (PDT-DF), Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que “o inacreditável é que homens públicos experientes suscitem uma discussão como essa, que não faz bem nem ao Senado nem à democracia”.

João Alberto rebate críticas sobre sua atuação no Conselho de Ética

O presidente do Conselho de Ética do Senado, João Alberto Souza (PMDB-MA), respondeu ao protesto de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) sobre a morosidade do órgão na apuração de uma denúncia contra o senador do Amapá.

João Alberto afirmou que sua atuação no Conselho de Ética, em denúncias contra senadores, é pautada pela imparcialidade.

No caso da denúncia contra Randolfe, informou que sua primeira atitude foi comunicar o fato ao denunciado, concedendo-lhe o direito de apresentar defesa escrita.

— As providências que eu tomei foram as que eu tomava para os demais.

Renan: Regimento Interno deve ser respeitado em apuração de denúncia

Ao comentar as denúncias contra Randolfe e Capiberibe, o presidente do Senado, Renan Calheiros, opinou que “não faz bem” à Casa esse tipo de debate e afirmou que em nenhum momento foi informado do andamento da investigação. Renan disse que o regimento do Senado

Encaminhei, perguntei se queria fazer uma defesa prévia, o que efetivamente foi feito — disse.

Segundo João Alberto, a denúncia chegou acompanhada de perícia técnica indicando a autenticidade de documentos anexados.

Mário Couto (PSDB-PA) apoiou João Alberto.



Waldemir Barreto/Agência Senado

João Alberto diz que sua atuação é pautada pela imparcialidade

deve ser seguido nesse caso.

— Como uma *notitia criminis* na mesa do presidente do Senado era uma coisa inédita, eu a mandei para a Procuradoria-Geral da República — disse.

A PGR arquivou a denúncia, considerando falsas as provas apresentadas.



Senadores e deputados da Comissão Mista de Orçamento, presidida por Lobão Filho (à mesa), avaliam a medida provisória

Avança MP que dá crédito extra para ensino superior

Além de R\$ 2,9 bilhões para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, medida provisória aprovada ontem em comissão mista destina R\$ 1,5 bilhão para municípios

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem a Medida Provisória 616/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 2,9 bilhões para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e de R\$ 1,5 bilhão para auxílio financeiro aos municípios. O relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), incluiu a ajuda aos municípios para atender a promessa da presidente Dilma Rousseff à demanda feita na Marcha dos Prefeitos, em julho.

— A medida buscou cumprir aquilo que a Presidência anunciou, de pagar R\$ 1,5 bilhão agora em agosto e mais R\$ 1,5 bilhão em abril — ressaltou.

Segundo Casildo, os recursos chegarão a todos os municípios com distribuição proporcional, de acordo com

as regras do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Na opinião do deputado Claudio Cajado (DEM-BA), a inclusão de verbas para os municípios é uma “excepcionalidade”, que não deve voltar a ocorrer.

— Fizemos para atender os prefeitos do Brasil a fora, que fizeram pedidos com pires na mão na marcha. O governo precisa ter capacidade de gestão para agir — declarou.

O relator também rejeitou seis emendas propostas na comissão que buscavam remanejar recursos previstos na MP para outras áreas.

O texto original da proposta previa apenas os R\$ 2,93 bilhões para o Fies para garantir o acesso de estudantes a universidades particulares

por meio de novos financiamentos, aditamentos dos empréstimos já contratados e de contratos de anos anteriores para os quais os repasses não foram suficientes.

O Executivo encaminhou ainda ao Congresso um projeto de lei (PLN 3/13) que abre crédito suplementar para reforço da dotação relativa a essa despesa. Em março, o Congresso aprovou a Medida Provisória 588/12, que concedia crédito extraordinário de R\$ 1,68 bilhão para o Fies. A proposta foi transformada na Lei 12.791/2013.

A MP, que tranca a pauta desde 15 de julho, agora será encaminhada ao Plenário da Câmara e, depois, segue para votação no Senado.

(Com Agência Câmara)

Duas sugestões de jovens senadores vão tramitar como projeto

Duas sugestões de propostas legislativas originárias do Projeto Jovem Senador foram aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem, ambas com medidas a favor da educação.

Uma sugere alterar a Constituição para permitir a valorização do magistério e qualificar a ação dos professores das redes públicas de educação básica. A outra propõe mecanismos de recompensa aos profissionais que avançam na capacitação. Com a aprovação, as matérias tramitarão no Senado como proposições da CDH.

MP do Magistério segue para o Plenário da Câmara

A comissão mista que analisou a Medida Provisória 614/2013, de estruturação da carreira do magistério federal, aprovou ontem o projeto de lei de conversão do relator, deputado Roberto Santiago (PSD-SP). O texto agora seguirá para o Plenário da Câmara e, depois, para o Senado.

No relatório, Santiago manteve a medida mais importante da proposta do Executivo: a exigência de doutorado para ingresso na carreira de professor das instituições de ensino federais.

(Da Agência Câmara)

Instalada comissão que analisará isenção a transportes coletivos

Foi instalada ontem a comissão mista que vai analisar a Medida Provisória 617/2013, que isenta a receita das empresas de transporte coletivo municipal de passageiros (rodoviário, metroviário e ferroviário) da contribuição para o PIS-Pasep e a Cofins.

Foi transferida para hoje, às 14h, a instalação das comissões mistas que vão analisar as MPs 620/2013 — que concede crédito adicional de R\$ 8 bilhões à Caixa — e 621/2013 — que institui o Programa Mais Médicos.

(Da Agência Câmara)

Renan atende pedidos sobre reprise de sessão na TV Senado

Atendendo pedido encabeçado por Roberto Requião (PMDB-PR), o presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ontem ter determinado à TV Senado que volte a reprisar as sessões plenárias no chamado horário nobre. Desde anteontem, senadores vêm criticando a mudança do horário da reprise das 21h30 para as 23h, com o intuito de apresentar o noticiário do dia.

— Quando as ruas pedem transparência, vamos esconder o nosso trabalho na clandestinidade das madrugadas — afirmou.

Para ele, a mudança impedirá os trabalhadores de verem as atividades da Casa, “porque as reprises serão transmitidas quando eles já estão dormindo”.

— A nossa não é uma TV de diversidades. É uma TV institucional. Ela pode até vir a aborrecer, mas estará aborrecendo com a posição dos senadores eleitos pela população, que poderá até reconsiderar nas próximas eleições. Censura, não!

Ele teve o apoio de Pedro Simon (PMDB-RS), Alvaro Dias (PSDB-PR), João Capiberibe (PSB-AP), Anibal Diniz (PT-AC), Paulo Paim (PT-RS), Pedro Taques (PDT-MT) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Pesquisa

Requião também criticou reportagem publicada no **Jornal do Senado** de sexta-feira, baseada em pesquisa do DataSenado, com o título “Público aprova pauta do

Senado após manifestações”, enquanto manchete de ontem do jornal *Metro*, de Brasília, baseada na mesma pesquisa, aponta que “Ações do Congresso Nacional depois dos protestos são reprovadas”.

— Como o público pode ter aprovado a pauta do Senado se, conforme a pesquisa, 65,3% dos entrevistados consideraram nossa atuação ruim ou péssima e só 5,5% aprovaram? O **Jornal do Senado** simplesmente escondeu parte da pesquisa. Revelou somente os dados sobre a tal da agenda positiva e escondeu a avaliação global do Congresso Nacional — afirmou.

A pesquisa colheu a opinião de 9 mil pessoas, pela internet, e mostrou que mais de 60% aprovam a maioria dos projetos da pauta prioritária definida pelos líderes após os protestos populares e votada em junho e julho. Os números mostram, porém, descontentamento com a atuação do Congresso diante das manifestações.

Requião criticou texto do **Jornal do Senado** sobre pesquisa

Gurgacz defende duplicação de BR em Rondônia

A duplicação da BR-364 entre Porto Velho e Vilhena, em Rondônia, foi defendida

rodovia não atenderá o fluxo de veículos.

por Acir Gurgacz (PDT-RO). Ele disse que o estado tem enorme capacidade de crescimento, mas carece da infraestrutura necessária.

— Em breve essa

Segundo ele, a situação tem causado acidentes na rodovia, por onde escoam a produção agrícola da região. O senador afirmou que luta pela duplicação desde 2009.



Acir Gurgacz defende duplicação de BR em Rondônia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora-adjunta: Virgínia Galvez

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senado recebe iniciativa popular que destina mais verba para saúde

Movimento Saúde+10 recolheu 1,9 milhão de assinaturas para sugerir proposta que reserva ao SUS 10% da receita corrente bruta da União

UM ANTEPROJETO DE lei de iniciativa popular que destina mais recursos do governo federal para a saúde foi entregue ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros. A proposta, que tem as assinaturas de quase 1,9 milhão de pessoas, destina 10% da receita corrente bruta (total de arrecadação de tributos, impostos, contribuições e outras receitas) da União ao Sistema Único de Saúde (SUS).

As assinaturas foram recolhidas pelo Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, o Saúde+10, integrado por mais de cem entidades — entre elas, o Conselho Nacional de Saúde, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O projeto já havia sido entregue ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, na semana passada. De acordo com a Constituição, a sociedade pode apresentar um projeto de lei à Câmara dos Deputados desde que a proposta seja assinada por 1% do número de eleitores, distribuídos por pelo menos cinco estados brasileiros.

A visita ao presidente do Senado teve como objetivo garantir urgência à proposta na Casa e reforçar a necessidade



Renan Calheiros (C) e outros senadores recebem anteprojeto entregue por representantes de movimento nacional

de mais recursos para o setor. Segundo o coordenador do Movimento Saúde+10, Ronald Ferreira dos Santos, diversos estudos apontam a viabilidade concreta de enfrentar o problema aprovando os 10%.

— O autor dessa proposta não é o governo, não é a oposição, não é o partido A ou o partido B. São 2 milhões de brasileiros que apontaram quanto e de onde devem ser aplicados os recursos do Orçamento — disse.

Humberto Costa (PT-PE), que é relator, no Senado, da comissão especial criada para debater o financiamento da saúde pública, lembrou que, mais que definir um

percentual de verbas para a saúde, é preciso identificar de onde virão os recursos.

Referência

O senador sinalizou que poderá incluir o teor do projeto de iniciativa popular no relatório.

— Pela Constituição, a tramitação do projeto de iniciativa popular se dá pela Câmara dos Deputados, mas politicamente, já que nós temos aqui uma comissão de financiamento e temos ainda um projeto de lei sobre o tema na pauta do Plenário, nada impede que a referência para elaboração de um relatório seja exatamente esse projeto

que veio da população brasileira — disse Humberto.

O presidente do Senado lembrou que a Casa aprovou substitutivo de Eduardo Braga (PMDB-AM) ao projeto que destina 75% dos royalties da exploração do petróleo à educação e 25% à saúde. O PLC 41/2013 faz parte da agenda positiva do Senado em resposta às manifestações que tomaram as ruas do país. A proposta retornou à Câmara dos Deputados, onde aguarda deliberação.

— Nós já votamos a destinação dos royalties para a saúde e para a educação. O Congresso está debruçado sobre esses problemas — disse Renan.

É preciso melhorar o atendimento à população, diz Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou que ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu representantes de várias entidades em defesa do projeto de iniciativa popular que garante a aplicação de no mínimo 10% da receita bruta da União na saúde. Vanessa citou dados dos manifestantes que colocam o Brasil entre os países que menos investem na saúde pública.

— Se aprovarmos os 10% das receitas brutas correntes da União, elevaríamos a 4,5% do PIB, aproximadamente, os investimentos na área de saúde — afirmou.

A senadora disse que apoia integralmente o projeto e que a ideia será analisada na comissão especial do Senado que trata especificamente do financiamento para a saúde pública.

— Obviamente que precisamos ampliar, garantir uma fonte de recursos segura, do ponto de vista da União, para que possamos melhorar o atendimento à nossa população.

Comissão realizará audiência pública sobre Programa Mais Médicos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou requerimento de Ana Rita (PT-ES) que prevê a realização de audiência pública para debater o Programa Mais Médicos, que gerou protestos em todo o país. Os pontos mais polêmicos relacionam-se à contratação de médicos estrangeiros sem revalidação do diploma e à exigência de realização de estágio de dois anos no SUS pelos médicos recém-formados.

A CDH também fará debates sobre os agrotóxicos e as populações rurais, a publicidade de alimentos infantis, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que trata dos povos indígenas, o legado da visita do papa Francisco ao Brasil, as dificuldades enfrentadas pelas Apaes, a garantia de direitos no sistema prisional e violações de direitos de passageiros e tripulantes de navios.

Mães poderão registrar filhos do mesmo modo que os pais

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto (PLC 16/2013) para permitir que a mãe possa fazer a declaração de nascimento de filho em igualdade de condições com o pai. Hoje, a legislação impõe principalmente ao pai a obrigação de registrar a criança após o nascimento, reservando à mãe função secundária.

Para a senadora Ângela Portela (PT-RR), relatora da proposta no Senado, a legislação ficou “anacrônica”. De acordo com ela, além de tratar desigualmente os genitores, na prática a regra vigente cria obstáculo para que a mãe faça o registro logo nos primeiros dias de vida da criança.

O projeto agora vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa. Se aprovado, seguirá de imediato à sanção presidencial.

Proposta estimula afrodescendentes na política brasileira

Pelo menos 5% dos recursos do Fundo Partidário poderão ser destinados à promoção da participação dos afrodescendentes na política brasileira. A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto (PLS 160/2013) do senador João Capiberibe (PSB-AP) que altera a Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995) para executar a mudança.

Na justificativa, Capiberibe argumentou que a medida ajudará a inserir os afrodescendentes na política e a promover a igualdade racial. Para o senador, a população afrodescendente vem sendo excluída, ao longo da história, do desenvolvimento econômico que ela mesma ajudou a promover.

O relator, Paulo Paim (PT-RS, foto), considerou pertinente e avaliou como adequada a aplicação de recursos no equacionamento da situação.

Governo descarta taxa imediata sobre emissão de carbono

O Brasil tem mecanismos para financiar a redução das emissões de carbono, mas ainda são necessários mais estudos para adotar taxa ou imposto sobre as emissões. Foi o que afirmou Aloisio Lopes Pereira, representante do Ministério da Fazenda, em audiência realizada ontem pela Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

Os parlamentares demonstraram ceticismo com a possibilidade de implantar um mercado de carbono no Brasil. A avaliação geral é de que a crise na Europa e o fracasso da Conferência de Copenhague teriam enfraquecido o mecanismo.

Devido a recomendação de estudo interministerial, estão em curso, informou Pereira, projetos como a avaliação de instrumentos de precificação de carbono. A conclusão deve ocorrer em novembro.

Tributação verde

Outro estudo prevê uma política fiscal verde, com análise de quais serão os efeitos, sobre as emissões de carbono, da aplicação, por meio de tributos federais já existentes, de mecanismos de incentivo ou de tributação com base em parâmetros ambientais. O estudo será concluído em 2014.

O gerente de projetos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Marcos Estevan Del Prette, explicou como o fundo funciona como instrumento financeiro da Política Nacional sobre Mudança do Clima, apoiando projetos de empreendimentos que visem à atenuação das mudanças do clima e à adaptação a elas. Apesar de haver recursos disponíveis — de 2011 a 2013, a dotação orçamentária para empréstimo no BNDES chegou a R\$ 920 milhões —, somente 10% foi executado.

A CMMC aprovou requerimento para audiência pública que debaterá o aproveitamento da água pluvial, suas aplicações e estratégias voltadas para gestão do consumo e conservação de água.



Vanessa Grazziotin preside a Comissão de Mudanças Climáticas

Segundo Aeronáutica, Dilma decidirá logo sobre caças

Em audiência no Senado, comandante disse que a Presidência já tem condições para decidir qual país fornecerá 36 aviões de guerra à Força Aérea; atuais aeronaves deveriam ter sido trocadas em 2011

O COMANDANTE DA Aeronáutica, Juniti Saito, afirmou ontem que a presidente Dilma Rousseff tomará “em curto prazo” a decisão sobre a compra de 36 aviões de caça estrangeiros, com transferência de tecnologia para o Brasil. Ele participou de uma audiência pública sobre o tema na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) explicou que o primeiro processo do Projeto FX-2 da FAB começou em 2001 e terminou em 2005, por causa da conjuntura econômica, sem a compra dos caças. Ele relatou que foi adotada uma posição paliativa, com a compra de caças usados. Ele lembrou que os aviões de caça Mirage 2000 serão aposentados no último dia de 2013 e manifestou preocupação com o que chamou de “fragilidade do espaço aéreo” brasileiro.

— Essa situação coloca o país em um iminente apagão aéreo — afirmou o senador.

A nova fase do Projeto FX-2, explicou Ferraço, começou em 2008 e consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça “de múltiplo emprego”, incluindo itens como os simuladores de voo correspondentes, a logística inicial e a transferência de tecnologia “necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro no desenvolvimento de um caça de quinta geração”.



Na audiência, o comandante Saito (C) conversa com o senador Ricardo Ferraço

Sobre os modelos selecionados, Saito disse que a Presidência da República já tem as informações sobre as preferências da Aeronáutica e está em condições de tomar uma decisão sobre a compra dos caças. Ele informou que, depois de decidida a compra, a entrega dos aviões pode demorar entre quatro e seis anos.

Análise política

Ainda de acordo com Saito, o relatório sobre a compra dos aviões foi entregue ao Ministério da Defesa no início de 2010. O comandante admitiu que a análise da Aeronáutica é mais técnica, enquanto a do governo é mais política. Ele negou, porém, que exista conflito com o Ministério da Defesa.

Segundo o comandante, a Aeronáutica trabalha na aquisição de caças modernos desde 1995. Ele afirmou que os adiamentos no processo têm mais a ver com a questão

orçamentária e negou que a Aeronáutica faça pressão sobre o governo.

Saito ainda informou que os Mirage 2000 que serão retirados de uso no fim do ano deveriam ter sido desativados em 2011, por causa das horas de voo, e informou que a Aeronáutica vai receber caças F-5 modernizados. Ele admitiu que a situação não é a ideal, mas que a Aeronáutica “faz o possível”.

Ferraço enfatizou que a compra dos novos aviões de guerra deve ter como característica prioritária a transferência de tecnologia para o Brasil por parte do país escolhido como vendedor.

O objetivo é que a transferência de conhecimento ajude no desenvolvimento das capacitações tecnológicas nacionais, de modo a eliminar, progressivamente, a compra de serviços e produtos importados e possibilitar a produção nacional de um caça.

Facebook, Google e Microsoft falarão sobre espionagem

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) discutirá amanhã a rede de espionagem montada no Brasil pelo governo dos EUA. Foram convidados para a audiência representantes do Facebook, do Google e da Microsoft.

A audiência foi proposta pelo presidente da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O objetivo é investigar o papel das empresas de tecnologia

no monitoramento de e-mails e ligações telefônicas feito pelas agências de inteligência americanas.

Na semana passada, a Comissão de Relações Exteriores ouviu o jornalista Glenn Greenwald, do jornal britânico *The Guardian*, responsável pelas reportagens que revelaram a rede de espionagem. O jornalista afirmou que o objetivo dos EUA é obter informações

privilegiadas sobre acordos econômicos, estratégias políticas e competitividade industrial de outros países.

Foram convidados para a audiência Bruno Magrani, gerente de Relações Governamentais do Facebook Brasil; Marcel Leonardi, diretor de Políticas Públicas do Google Brasil; e Alexandre Esper, diretor jurídico e de Relações Institucionais da Microsoft Brasil.

Vão ao Plenário indicações para embaixadas no Japão e Holanda

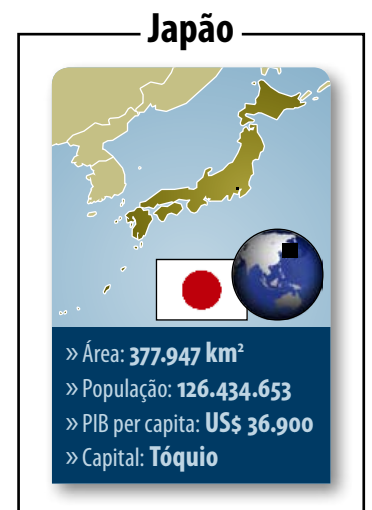
A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem Piragibe dos Santos Tarragó para o cargo de embaixador do Brasil na Holanda. André Aranha Corrêa do Lago, indicado para a embaixada no Japão, também foi aprovado na sabatina. A indicação dos diplomatas, aprovados por unanimidade na CRE, ainda será votada pelo Plenário.

Piragibe prometeu buscar maior aproximação entre Holanda e Brasil em áreas como comércio, turismo, cooperação tecnológica e educacional. Ele disse que a Holanda é do tamanho do estado do Rio de Janeiro, com 17 milhões de habitantes. Na América Latina, o Brasil é prioritário para a Holanda, que é o quinto maior parceiro comercial do Brasil.

— É um país pequeno, mas grande em dimensões econômicas, com renda per capita próxima à dos Estados Unidos.

Aranha informou que o Japão é a terceira maior economia do mundo — atrás apenas da China e dos Estados Unidos — e está entre os países menos desiguais do mundo. Em extensão geográfica, é pouco maior que Mato Grosso do Sul.

Segundo o diplomata, o Japão tem como desafios a população decrescente e envelhecida e a economia estagnada há 20 anos. Ele acrescentou que o país busca



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

maior presença internacional e maior estabilidade interna. O diplomata informou que, nos últimos 20 anos, o Japão teve 15 primeiros-ministros.

Jorge Viana (PT-AC), Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiaram os dois indicados.

Comissão aprova projetos sobre acordos internacionais

Seguem para o Plenário dois projetos sobre acordos internacionais aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 176/2013, com Ana Amélia (PP-RS) como relatora, trata do acordo sobre a segurança da aviação civil entre o Brasil e a União Europeia. Já o PDS 175/2013 revalida um acordo internacional do Brasil com vários países, tendo como objeto o trato de madeiras

tropicais. Segundo o relator, Jorge Viana (PT-AC), o acordo tem um “apelo estratégico para o país”, pois cria condições para que o Brasil volte a fazer parte da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (Itto). A Itto promove a conservação e o uso sustentável dos recursos florestais. Tem 60 países-membros, que representam 80% das florestas tropicais do mundo e cerca de 90% do comércio de madeiras tropicais.

Avança norma sobre alerta de desastres

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou em turno suplementar o substitutivo do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) a projeto de lei que obriga concessionárias de TV, rádio e telefonia celular a divulgarem avisos sobre a possibilidade de ocorrência de desastres climáticos (PLS 490/2009).



Pedro França/Agência Senado

O texto já havia sido aprovado no início do mês e precisou ser examinado em turno suplementar por tramitar na CCT em caráter terminativo e ter sido aprovado por meio de substitutivo. Agora, será encaminhado diretamente à Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para que seja examinado pelo Plenário do Senado.

Senadores voltam a relatar concessões

Projetos de decreto legislativo que outorgam ou renovam concessão, permissão e autorização de rádios e TVs podem ser relatados por senadores do estado em que a emissora está sediada. A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem o Ato 1/2013, que revoga proibição anterior, contida no Ato 1/2011.

A vedação, explicou o relator, Alfredo



José Cruz/Agência Senado

Nascimento (PR-AM), tinha o objetivo de tornar o parecer imparcial e evitar direcionamento ou interesse político no exame dessas matérias.

Porém, na opinião do parlamentar, o impedimento dificultou os trabalhos da comissão, uma vez que senadores mais conhecedores do tema não podiam se envolver na elaboração do parecer.